MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – SÃO JOÃO EVANGELISTA
DIRETORIA DE PESQUISA, GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
Av. Primeiro de Junho, 1043 - Centro - São João Evangelista/MG – CEP: 39705-000

CPA 2015

São João Evangelista

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Está situada na cidade de São João Evangelista, um munícipio de 478,29 Km2 de área, com população aproximada de 16.000 habitantes. Está localizado na região Centro Nordeste do Estado, no Vale do Rio Doce, mais especificamente na Bacia do Suaçuí, próximo aos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. A cidade está ligada a Belo Horizonte pela BR 120, a 280 Km de distância. Distante 150 Km de Governador Valadares, 170 Km de Itabira,190 Km de Diamantina, 150 Km de Ipatinga e 150 Km de Capelinha. A altitude de sua sede, de 680 metros, propicia um clima ameno, com temperatura média de 22 graus.

2. BREVE HISTÓRICO DO IFMG - *CAMPUS* SÃO JOÃO EVANGELISTA

A história do IFMG Campus São João Evangelista, fundado em 27/10/1951, teve início, em 1947, através da idealização dos Doutores Nelson de Sena e Demerval José Pimenta, que juntamente com os Senhores Oswaldo Pimenta, Monsenhor Antônio Pinheiro, Padre Davino Morais e Astrogildo Amaral fundaram a Sociedade Educacional Evangelistana. Em 1950, essa Sociedade, através de um termo de compra e compromisso, adquiriu da Senhora Ondina Amaral um terreno que possuía o nome "Chácara São Domingos" com uma área de 277,14ha. Dava-se início, então, ao que hoje é Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus São João Evangelista.

No dia 27 de outubro de 1951, foi publicado no Diário Oficial da União, um convênio entre a União e o Estado de Minas Gerais para a instalação da "Escola de Iniciação Agrícola de São João Evangelista, então subordinada à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

Em 1954 ocorreu a transferência definitiva da "secretaria", que funcionava no antigo sobrado do município de São João Evangelista-MG para o terreno da Escola de Iniciação Agrícola, no atual prédio escolar.

Em 1º de março de 1962, teve início com quinze alunos, a 5ª série (antigo ginasial) do então curso de "Mestria Agrícola". Nesse mesmo ano compôs-se o hino da Escola de autoria de Luiz Gonzaga Gonçalves e José Luiz Gonçalves, o saudoso "Zé Passarinho", cuja vida é um pouco da história desta Escola e também de São João Evangelista. Em 1964 altera-se a denominação de Escola de Iniciação para Ginásio Agrícola.

Em 1965 ocorreu a formatura da primeira turma em nível de grau "Mestre Agrícola". Essa turma era composta de 10 estudantes. Foi transferida para o Ministério de Educação e Cultura através do decreto nº 60.731 de 19 de março de 1967.

Em 1978 foi autorizado, pela portaria nº 17, de 27 de fevereiro de 1978, da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI), o funcionamento do curso Técnico em Agropecuária, que teve seu início no mesmo ano, em março. O objetivo deste curso, quando de sua criação, foi qualificar jovens para o desempenho tecnológico na área primária, contribuindo assim para o melhor atendimento das necessidades do homem, e, consequentemente, fortalecendo o desenvolvimento econômico do país.

No ano seguinte, pelo decreto nº 83.995 de 4 de setembro de 1979, foi alterada a denominação de Ginásio Agrícola para Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG.

Em 1980 formou-se a primeira turma do curso Técnico em Agropecuária.

Foi implantado a partir de 1982, o Curso Técnico em Economia Doméstica, que teve sua autorização de funcionamento, determinada pela portaria nº 47, de 24 de novembro de 1982, da Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI), e posterior regularidade de estudos através da portaria nº101, de 21 de maio de 1986, da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura. Este curso teve como objetivo preparar técnicos capazes de atuar junto às famílias, orientando-as na assistência técnica em empresas públicas e privadas, dentro da sua área de formação.

No ano de 1983, o Governo do Estado autoriza a doação do terreno Chácara São Domingos para a União, sendo que ano seguinte, 1984, acontece a formatura da primeira turma do curso Técnico em Economia Doméstica.

A Fundação da Associação dos Servidores Públicos da EAFSJE-MG, ocorrida em 1985, foi um grande passo na luta pela organização dos servidores da Escola Agrotécnica.

Pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG, passou a ser uma Autarquia vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, nos termos do artigo 20 do anexo 01, ao decreto 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Através da portaria nº 25, de 18 de maio de 1999, da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação, foi autorizado o funcionamento do Curso Técnico em Informática na Escola Agrotécnica de São João Evangelista. O primeiro curso de nível Pós-Médio, foi implantado em agosto de 2000, com uma turma de 30 alunos e com duração de um ano e meio.

Em 26 de maio de 2000, foi criada a Fundação Oswaldo Pimenta de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão (FUNOPI) com o objetivo de ampliar as ações da EAFSJE-MG como agente de desenvolvimento regional.

Em 2005, é aprovada, pelo Ministério da Educação, a criação do primeiro curso superior da instituição, o curso de Tecnologia em Silvicultura – Portaria n 212 – DOU de 08/12/2005.

No dia 29 de Dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei nº 11.892 que instituiu, no Sistema Federal de Ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os Institutos nascem com 168 campi, sendo objetivo do Ministério da Educação chegar a 2010 com 354 escolas técnicas em funcionamento. No mesmo período, as vagas serão ampliadas de 215 mil para 500 mil, aumentando as oportunidades de educação, principalmente no âmbito do ensino técnico e dando ênfase também à pesquisa e à extensão.

Atualmente o Campus São João Evangelista oferece quatro cursos superiores, três cursos técnicos integrados ao ensino médio e três cursos técnicos subsequentes na modalidade a distância.

O IFMG Campus São João Evangelista é uma instituição pública federal que tem como missão consolidar-se como um centro de educação, promovendo o desenvolvimento humano e contribuindo para o progresso. Para tanto o campus tem em seu corpo docente professores altamente qualificados com títulos de mestrado e doutorado, e ainda uma equipe administrativa e pedagógica capacitada a conduzir o aluno ao sucesso profissional.

3. CONSTITUIÇÃO DA CPA LOCAL

A CPA Local do IFMG-OP foi instituída pela Portaria Nº. 118/2015, de 23 de outubro de 2015, do Reitor do IFMG. Os membros atuais dessa comissão, representando os diferentes segmentos avaliativos, estão relacionados no quadro a seguir.

Segmentos	Representantes
Docentes	Fernando Henriques Mafra * Dayler Vinícius Miranda Alves *
Técnicos Administrativos	Paulo Sérgio Pereira Michelle Costa Batista
Discentes	Shayane Patiele Gomes dos Santos Luiz Otávio Abi-Acl Almeida
Sociedade Civil	Silvana Aparecida Silva Pe. Saint Clair Ferreira Filho

Quadro 3.1- Membros da CPA São João Evangelista. Os asteriscos identificam quais membros efetivamente trabalharam na elaboração do relatório.

4. METODOLOGIA

A auto avaliação institucional foi realizada a partir de formulários disponibilizados eletronicamente pelo setor de Tecnologia da Informação do IFMG, em ação conjunta da CPA Central da instituição. Esses formulários possibilitaram a membros da comunidade externa, discentes, docentes e técnicos administrativos registrarem sua percepção sobre o momento atual em que se encontra o IFMG-SJE. Para cada um dos segmentos apresenta-se uma breve discussão dos itens avaliados, que tentam cobrir as dimensões previstas no roteiro do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), intitulado "Orientações gerais para o roteiro da auto avaliação das instituições". Criado pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, o SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. São avaliados todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

Para as fragilidades detectadas foram sugeridas ações, no sentido de amenizá-las ou suprimi-las e os pontos positivos, ressaltados. A participação no processo de auto avaliação foi voluntária. Os questionários de avaliação ficaram disponíveis no site institucional.

Os discentes foram convidados e instruídos a responderem os formulários de auto avaliação institucional pelos docentes de seus respectivos cursos, além de cartazes afixados em cada pavilhão.

Docentes e Técnicos Administrativos foram sensibilizados, via cartazes, e-mails, site institucional e dos campi, além de avisos em murais.

Ressalta-se que, durante todo o período de sua realização, o processo de auto avaliação foi amplamente divulgado a todos os segmentos através do site do IFMG-SJE e de cartazes afixados em murais, pavilhões, salas de aula, departamentos e setores administrativos da escola.

As breves análises e discussões de dados que são tecidas nos próximos itens desse relatório baseiam-se nos questionários respondidos por 33 docentes, 13 técnicos administrativos, 78 estudantes e 02 membros da comunidade externa.

5. AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES INSTITUCIONAIS REALIZADA

A seguir são apresentadas as análises dos resultados relacionadas às suas respectivas dimensões.

Em todos os gráficos a partir de agora, será usada legenda de cores para as sete opções de respostas, a saber: Não existente; insuficiente; suficiente; muito bom; excelente; sem resposta; não mostrados.

A figura 1 demonstra o conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e o cumprimento da missão, dos princípios e dos objetivos do IFMG, assim como a inserção desses no contexto social e econômico.

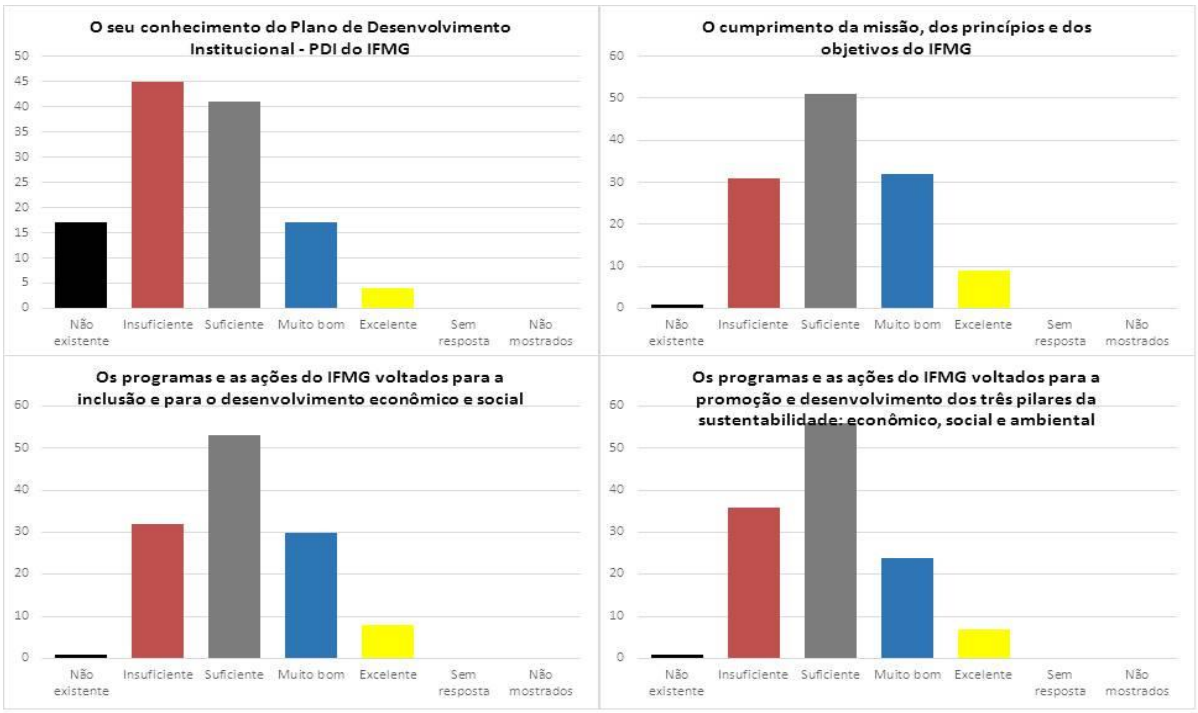

Figura 1- Missão Institucional e PDI.

O gráfico que diz respeito ao conhecimento do plano de Desenvolvimento institucional 36,29% consideram insuficiente. No gráfico em relação ao cumprimento da missão, dos princípios e do objetivo do IFMG, 41,13% consideram suficiente. No gráfico relacionado aos programas e ações do IFMG voltados para a inclusão e para o desenvolvimento econômico e social, observa-se que 42,74% responderam que consideram suficiente. Em relação aos programas e as ações do IFMG voltados para a promoção e desenvolvimento dos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental, 45,16% dos entrevistados consideraram suficiente.

Na figura 2 pode ser observado que relacionado ao investimento em incubadoras de empresas e empresas juniores bem como em captação de recursos, 46,77% dos entrevistados responderam que consideram insuficiente.

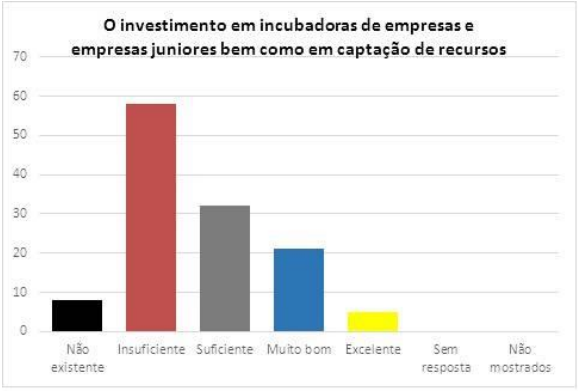

Figura 2 – Investimento em incubadoras e empresas juniores

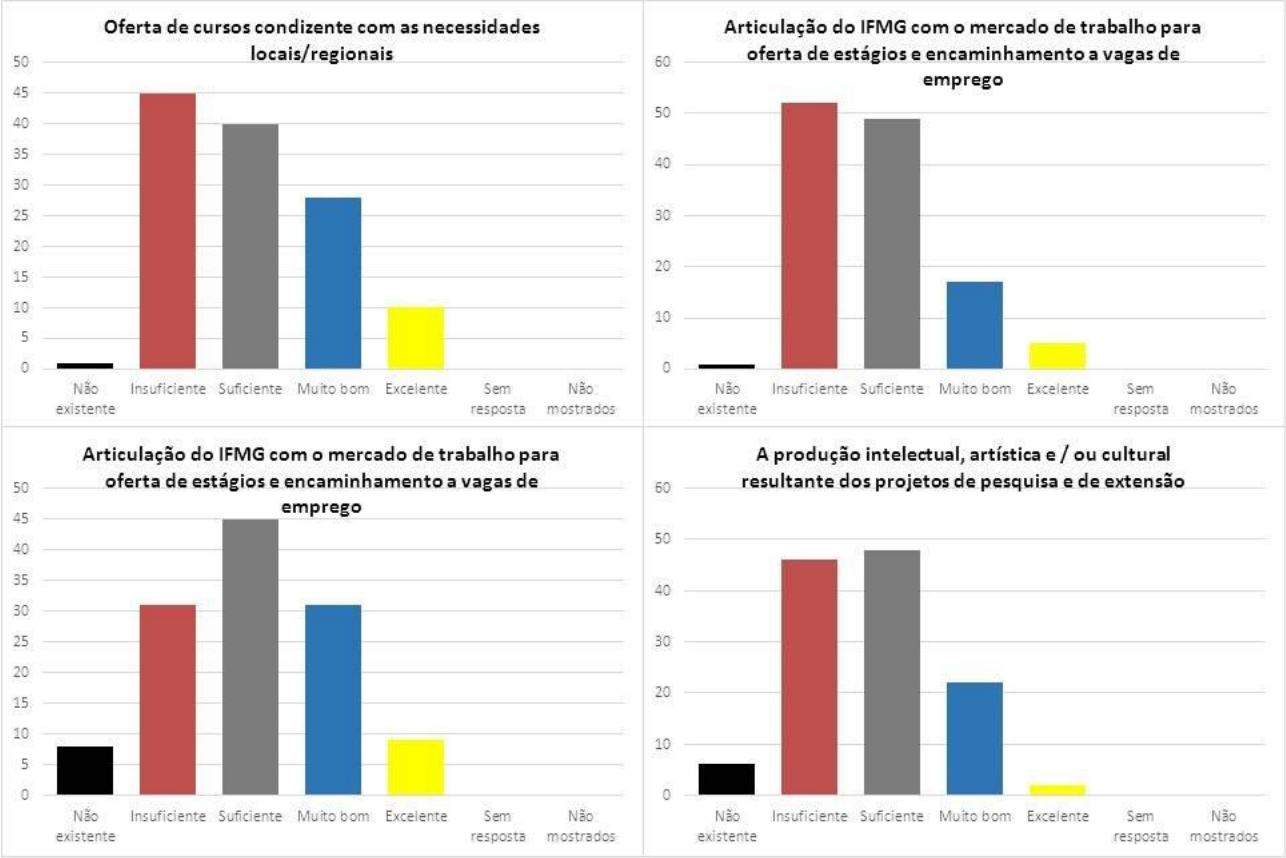

Figura 3 – Ensino, pesquisa e extensão

Em relação à avaliação do ensino pesquisa e extensão, pode ser observado na figura 3 que (36,29%) dos entrevistados consideraram insuficiente a oferta de cursos condizentes com as necessidades locais/regionais. (41,94%) dos entrevistados consideraram insuficiente a articulação do IFMG com o mercado de trabalho para a oferta de estágios e encaminhamento a vagas de em-

prego. (36,29%) consideraram suficientes as políticas e mecanismos de incentivo à participação dos discentes e docentes em projetos de pesquisa e de extensão (custeio de participação em congressos, acesso a informações e editais sobre projetos de pesquisa e extensão, etc. (38,71%) dos entrevistados consideraram suficientes a produção intelectual, artística e / ou cultural resultante dos projetos de pesquisa e de extensão.

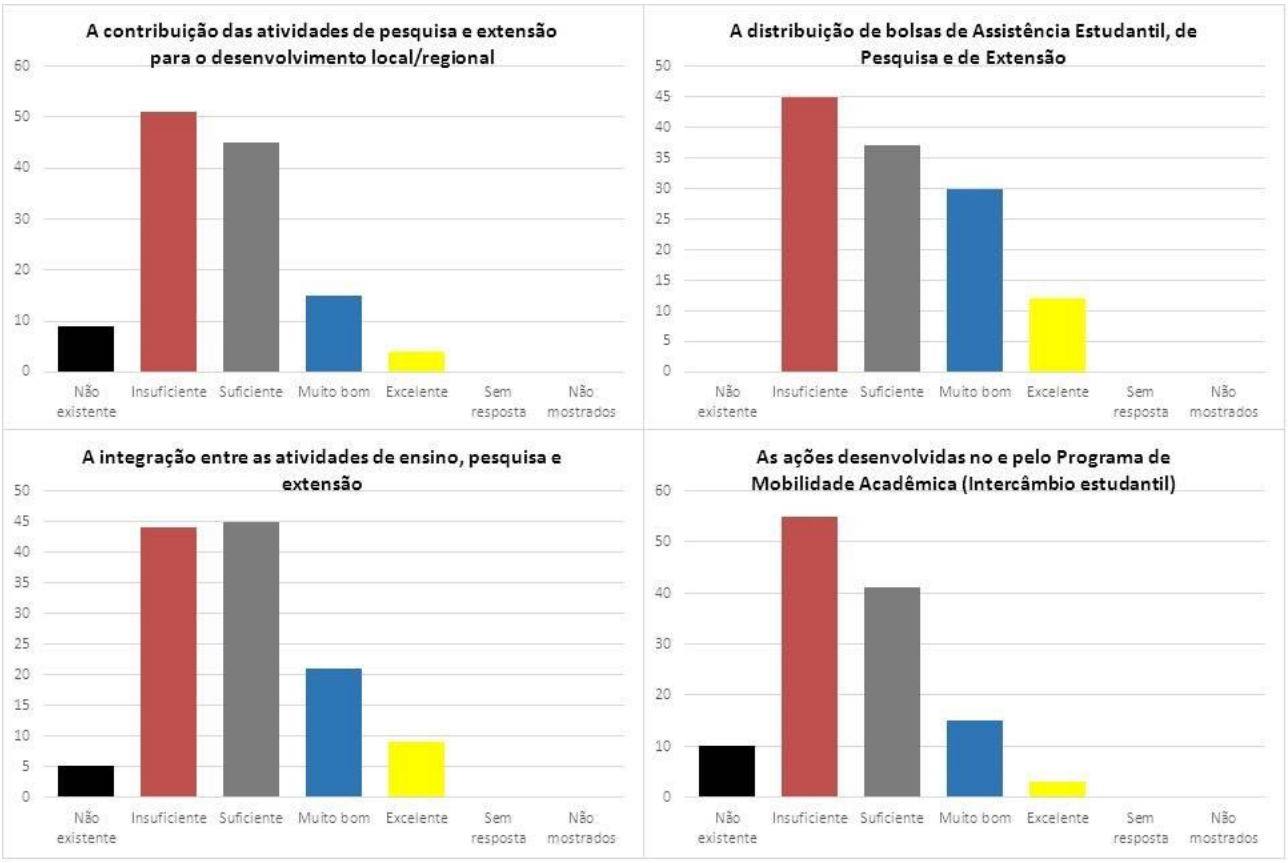

Figura 4 – Ensino, pesquisa e extensão

Na figura 4 ainda em relação à avaliação do ensino pesquisa e extensão pode ser observado que (41,13%) dos que responderam ao questionário consideraram insuficientes a contribuição das atividades de pesquisa e extensão para o desenvolvimento local/regional. (36,29%) consideraram insuficientes a distribuição de bolsas de Assistência Estudantil, de Pesquisa e de Extensão. (36,29%) consideraram suficientes a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em relação às ações desenvolvidas no e pelo Programa de Mobilidade Acadêmica (Intercâmbio estudantil) (44,45%) consideraram insuficientes.

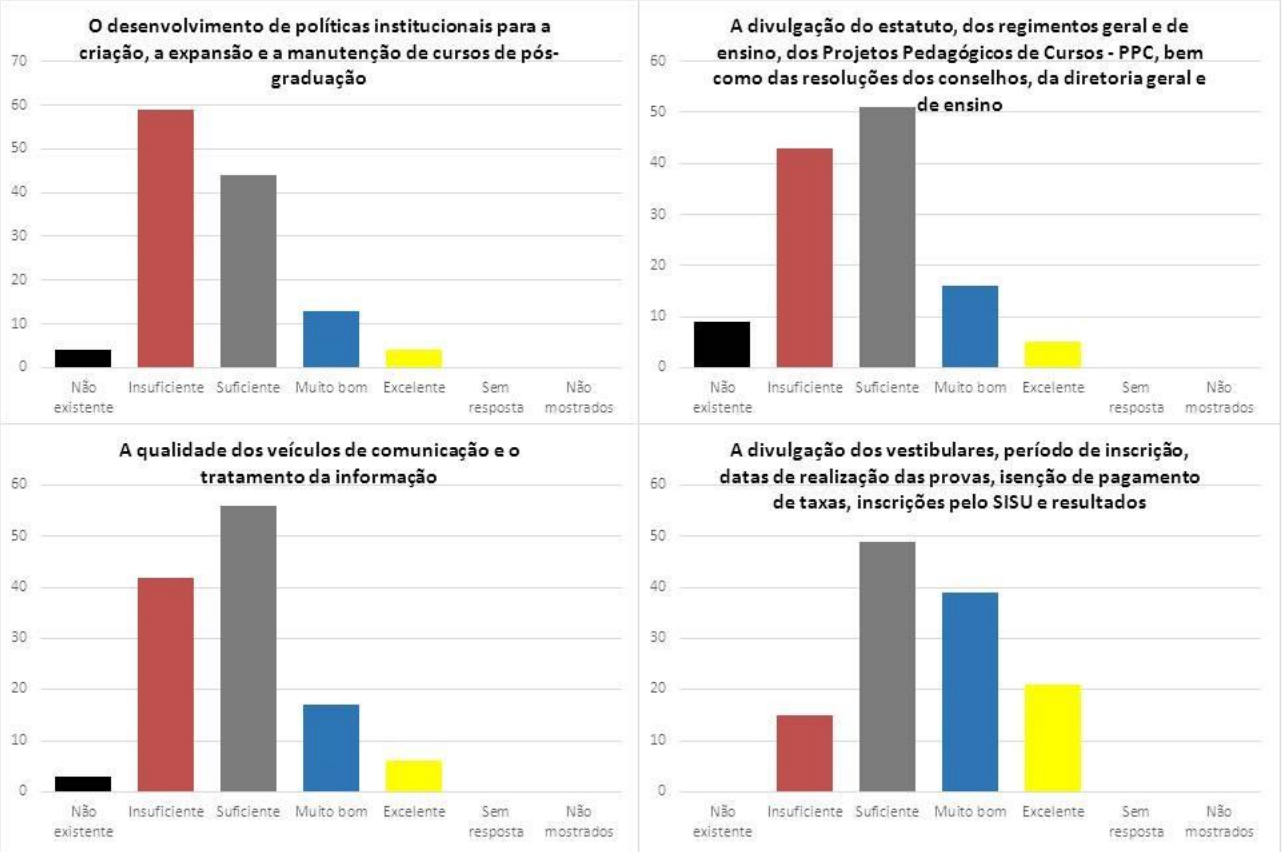

Figura 5 – Avaliação do ensino, pesquisa e extensão

No primeiro gráfico da figura 5, ainda relacionado com a avaliação do ensino pesquisa e extensão, pode ser observado que (47,58%) responderam que consideram insuficientes o desenvolvimento de políticas institucionais para a criação, a expansão e a manutenção de cursos de pós-graduação.

Os outros gráficos da figura 5, estão relacionados com os resultados referentes à qualidade da comunicação da instituição com a sociedade. Observa-se que relacionado a divulgação do estatuto, dos regimentos geral e de ensino, dos Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC, bem como das resoluções dos conselhos, da diretoria geral e de ensino, (41,13%) consideraram suficientes. Em relação a qualidade dos veículos de comunicação e o tratamento da informação (visibilidade dos fatos, transparência nos processos, antecedência de divulgação, publicação de editais, clareza e objetividade das informações), (45,16%) consideraram suficientes. A divulgação dos vestibulares, período de inscrição, datas de realização das provas, isenção de pagamento de taxas, inscrições pelo SISU e resultados foi considerada suficiente por (39,52%).

Ainda sobre a qualidade da comunicação da instituição, é possível observar no primeiro gráfico da figura 6 que (37,10%) responderam que consideram suficientes a atuação da Ouvidoria como um canal de expressão e reivindicação para a comunidade.

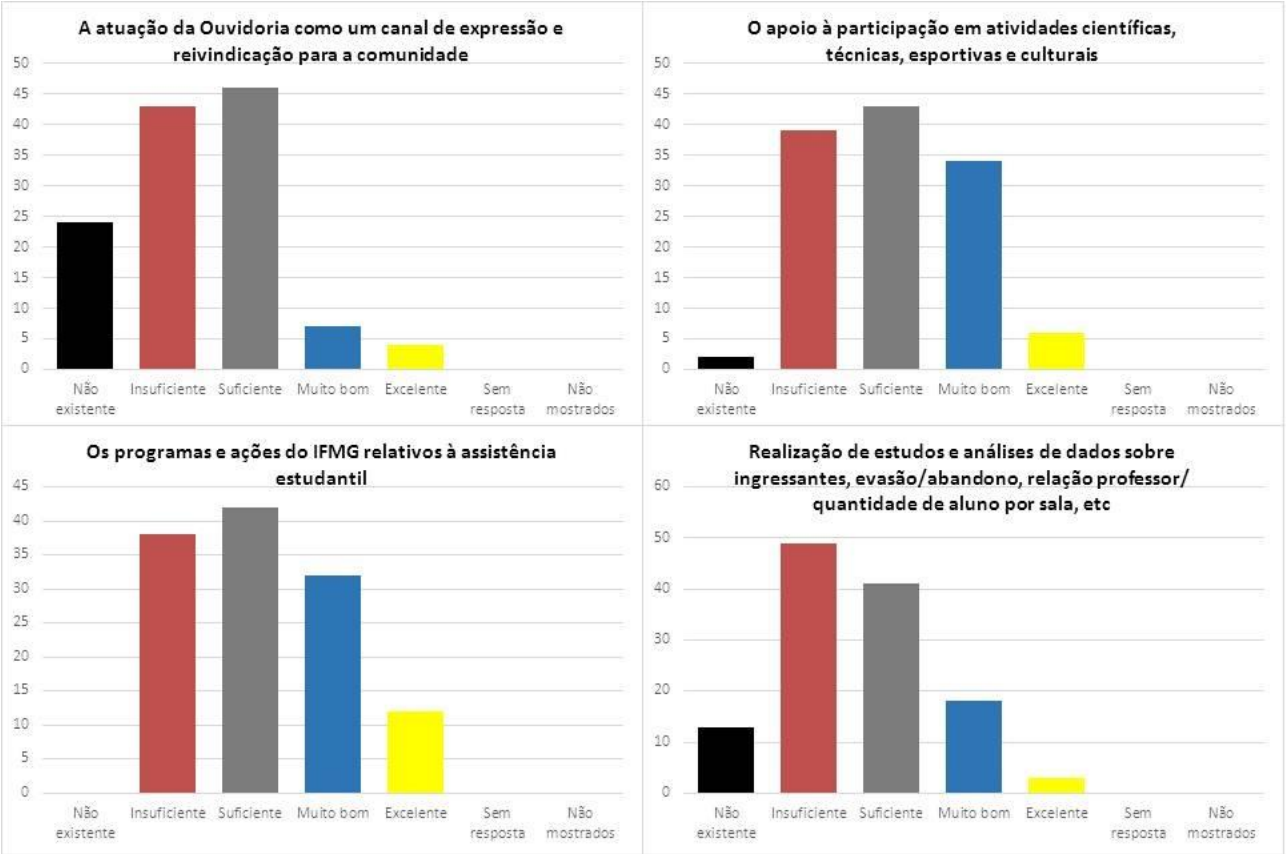

Figura 6 – Atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais

Na figura 6, o gráfico que diz respeito ao apoio à participação em atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, (34,68%) consideraram suficientes. Em relação aos programas e ações do IFMG relativos à assistência estudantil (bolsa permanência, auxílio moradia, transporte, creche, etc.) (33,87%) consideram suficientes. (39,52%) consideram insuficientes a realização de estudos e análises de dados sobre ingressantes, evasão/abandono, relação professor/ quantidade de aluno por sala, etc.

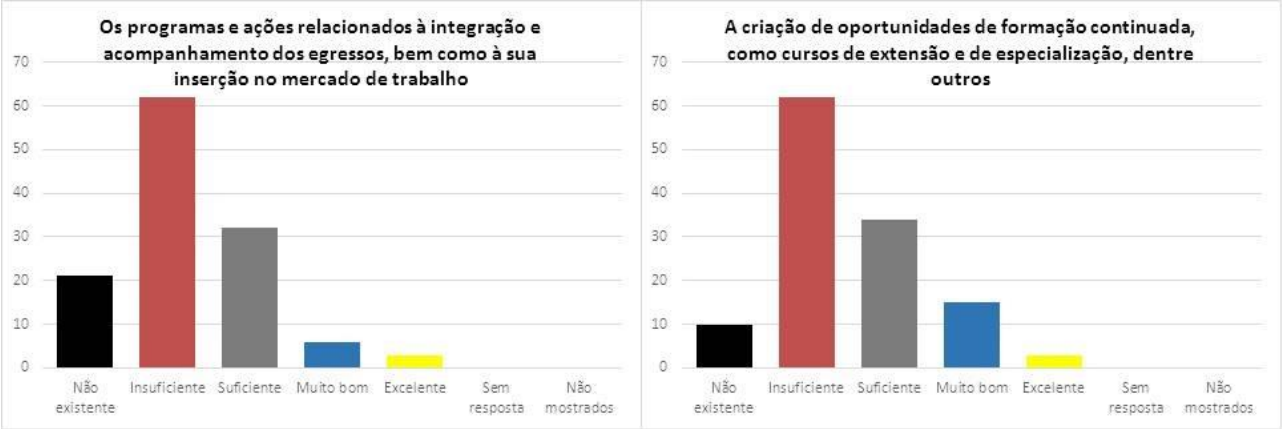

Figura 7 – Integração e acompanhamento de egressos

Na figura 7, relacionado aos programas e ações relacionados à integração e acompanhamento dos egressos, bem como à sua inserção no mercado de trabalho, (50,0%) responderam que consideram insuficientes. Assim como no primeiro gráfico, (50,0%) consideram insuficientes a criação de oportunidades de formação continuada, como cursos de extensão e de especialização, dentre outros.

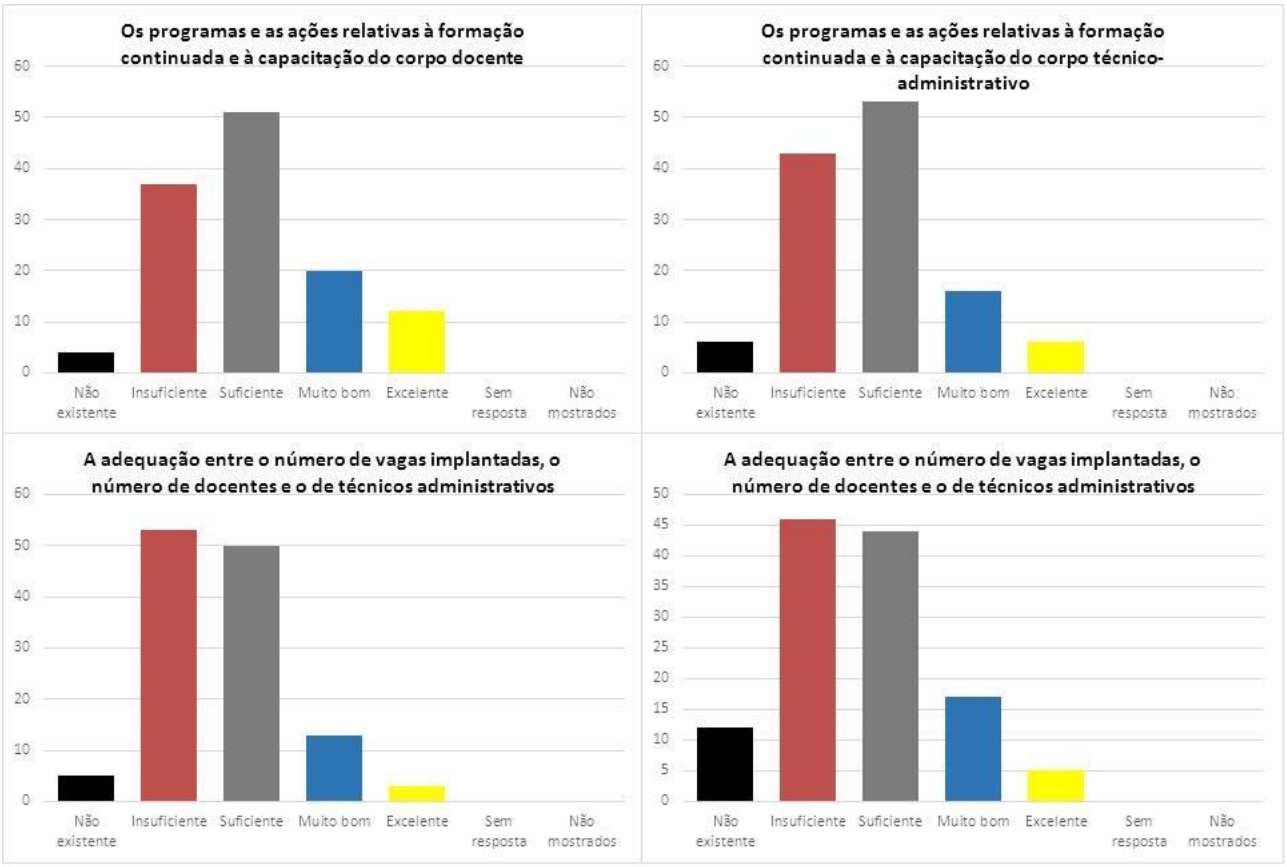

Figura 8 – Políticas de pessoal

Na figura 8 são apresentados os resultados relativos às políticas de pessoal, onde o gráfico relacionado com os programas e as ações relativas à formação continuada e à capacitação do corpo docente, (41,13%) consideraram suficientes. Na questão relacionada aos programas e as ações relativas à formação continuada e à capacitação do corpo técnico-administrativo, (42,74%) consideraram suficientes. (42,74%) consideraram suficientes a adequação entre o número de vagas implantadas, o número de docentes e o de técnicos administrativos. No último gráfico que trata de ações voltadas para a saúde ocupacional e a segurança do trabalho, (37,10%) consideraram insuficientes.

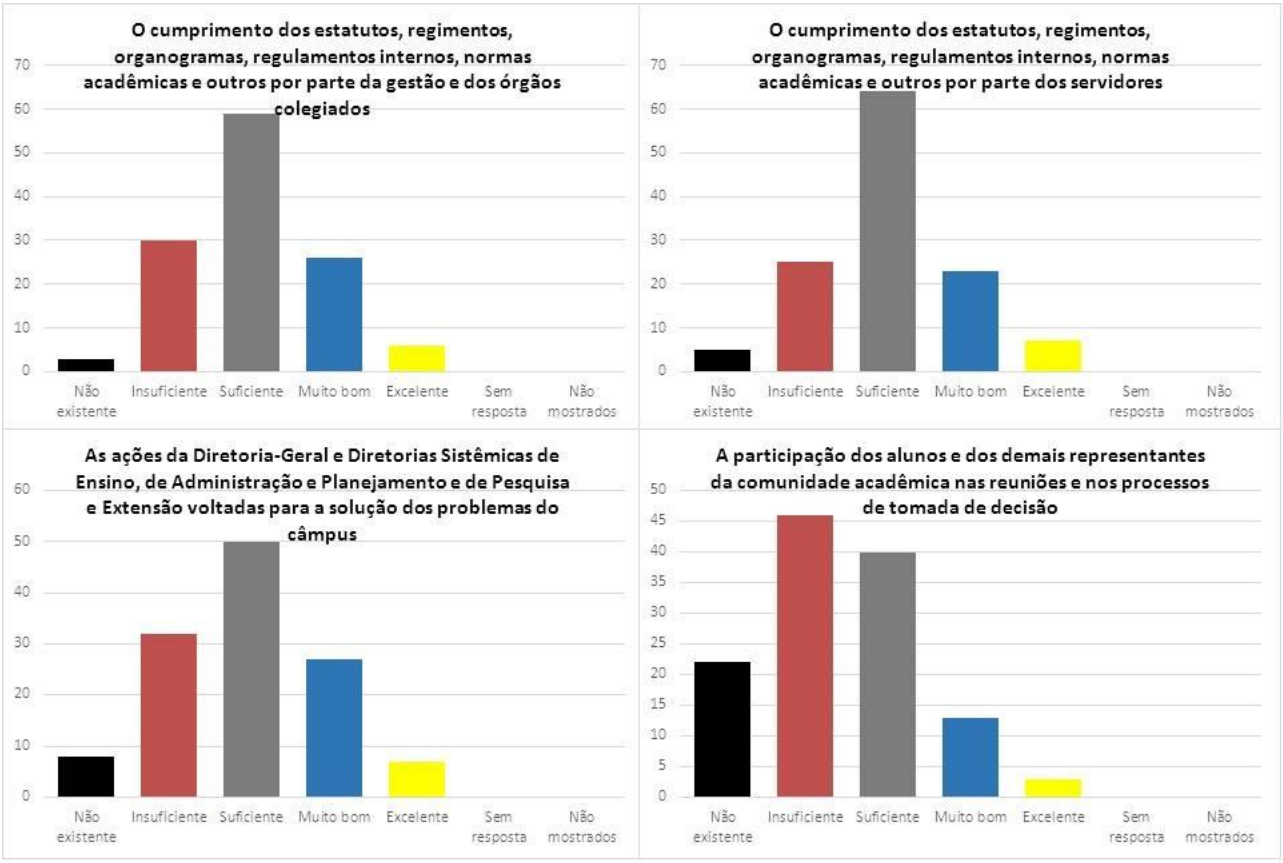

Figura 9 – Organização e gestão institucional

A figura 9 mostra os gráficos relacionados à organização e à gestão institucional, sendo possível observar que no gráfico que trata do cumprimento dos estatutos, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros por parte da gestão e dos órgãos colegiados, (47,58%) consideram suficientes. Na questão relacionada ao cumprimento dos estatutos, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros por parte dos servidores, (51,61%) consideram suficientes. No próximo gráfico da figura 9, que trata das ações da Diretoria-Geral e Diretorias Sistêmicas de Ensino, de Administração e Planejamento e de Pesquisa e Extensão voltadas para a solução dos problemas do câmpus, (40,32%) consideram suficientes. Já no quesito que trata da participação dos alunos e dos demais representantes da comunidade acadêmica nas reuniões e nos processos de tomada de decisão, (37,10%) consideraram insuficiente.

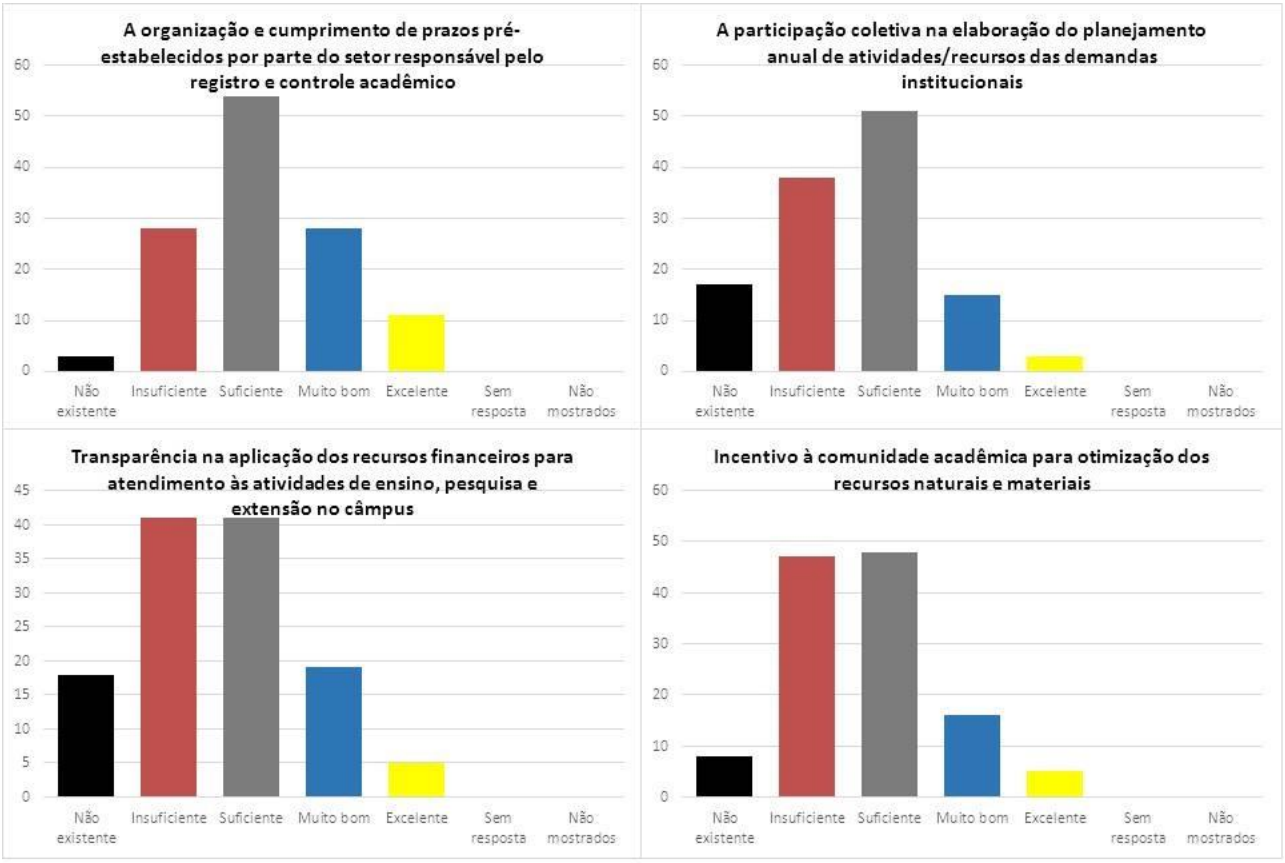

Figura 10 – organização e gestão institucional

Na figura 10, no gráfico relacionado à organização e cumprimento de prazos pré-estabelecidos por parte do setor responsável pelo registro e controle acadêmico, (43,55%) consideram suficiente. No gráfico relacionado à participação coletiva na elaboração do planejamento anual de atividades/recursos das demandas institucionais, (41,13%) consideraram suficiente. No gráfico relacionado à transparência na aplicação dos recursos financeiros para atendimento às atividades de ensino, pesquisa e extensão no câmpus, houve um empate, onde (33,06%) consideraram suficiente e (33,06%) consideraram insuficiente. No último gráfico relacionado ao incentivo à comunidade acadêmica para otimização dos recursos naturais e materiais, (38,71%) consideraram suficiente.

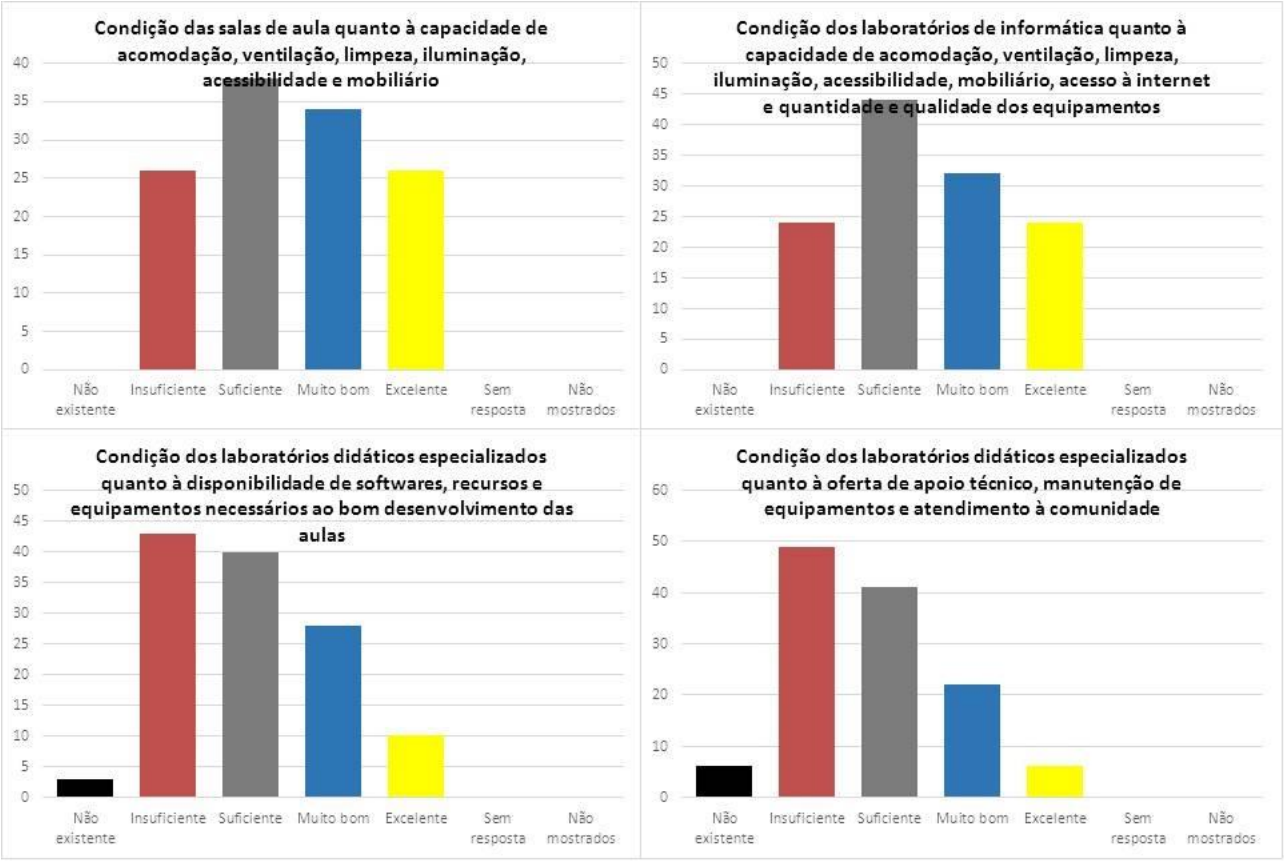

Figura 11 - infraestrutura

A gráficos da figura 11, da figura 12 e da figura 13, estão relacionados com a infraestrutura do campus, onde no primeiro gráfico é possível observar que (30,65%) consideram suficientes as condições das salas de aula quanto à capacidade de acomodação, ventilação, limpeza, iluminação, acessibilidade e mobiliário. No gráfico que trata das condições dos laboratórios de informática quanto à capacidade de acomodação, ventilação, limpeza, iluminação, acessibilidade, mobiliário, acesso à internet e quantidade e qualidade dos equipamentos, (35,48%) consideram suficientes. Em relação às condições dos laboratórios didáticos especializados quanto à disponibilidade de softwares, recursos e equipamentos necessários ao bom desenvolvimento das aulas, (34,68%) consideraram insuficientes. E em relação à condição dos laboratórios didáticos especializados quanto à oferta de apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade, pode ser observado no gráfico que (39,52%) consideram insuficiente.

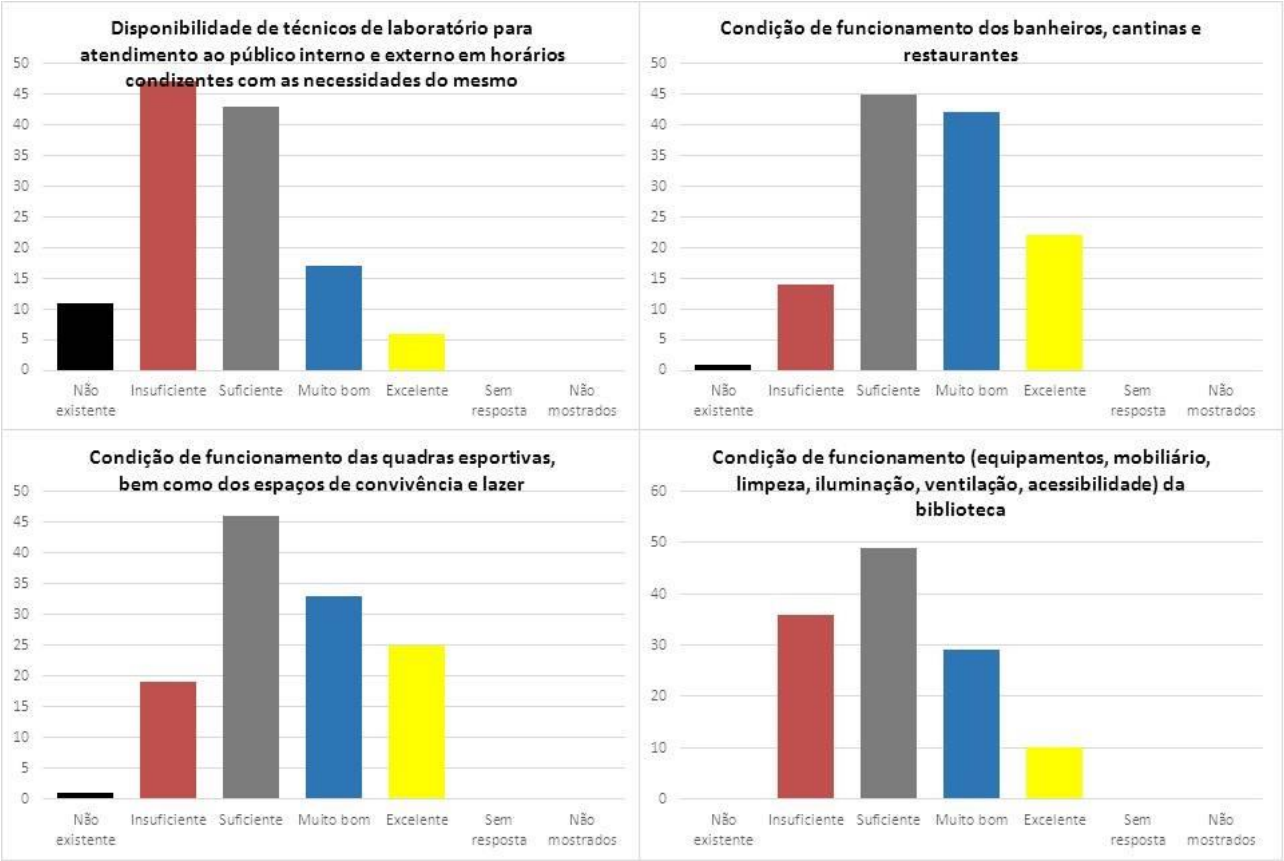

Figura 12 - Infraestrutura

Na figura 12, o gráfico que trata da disponibilidade de técnicos de laboratório para atendimento ao público interno e externo em horários condizentes com as necessidades do mesmo, (51,61%) consideram insuficiente. No gráfico que diz respeito à condição de funcionamento dos banheiros, cantinas e restaurantes, (36,29%) consideram suficiente. No gráfico relacionado à condição de funcionamento das quadras esportivas, bem como dos espaços de convivência e lazer e no gráfico relacionado à condição de funcionamento (equipamentos, mobiliário, limpeza, iluminação, ventilação, acessibilidade) da biblioteca, os resultados foram suficientes, obtendo respectivamente (37,10%) e (39,52%).

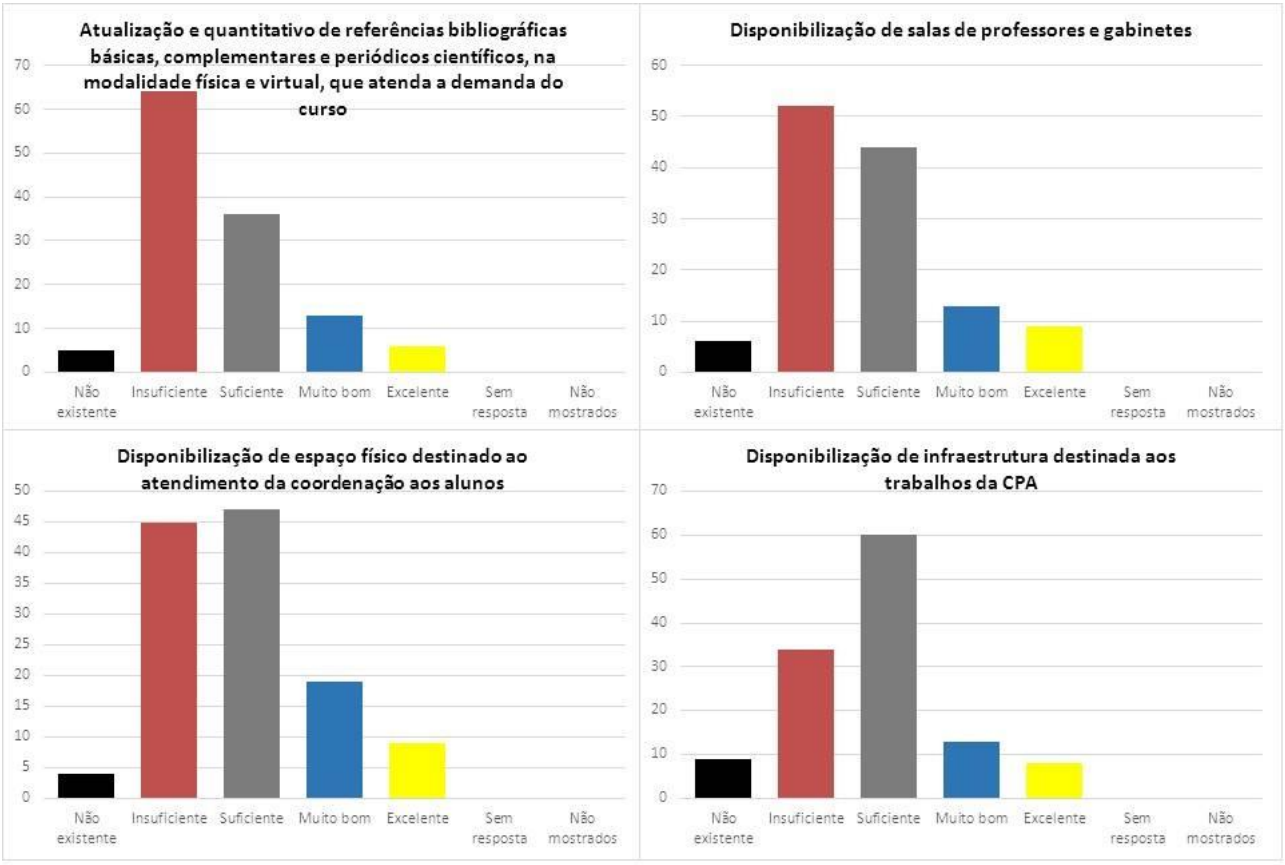

Figura 13 - Infraestrutura

A figura 13, no gráfico que trata da atualização e quantitativo de referências bibliográficas básicas, complementares e periódicos científicos, na modalidade física e virtual, que atenda a demanda do curso, foi considerado por (51,61%) como insuficiente. Assim como o resultado gráfico anterior, a disponibilização de salas de professores e gabinetes/estações de trabalho para professor com dedicação exclusiva, observando-se capacidade de acomodação, ventilação, limpeza, iluminação, acessibilidade, mobiliário, acesso à internet e quantidade e qualidade dos equipamentos, foi considerada insuficiente por (41,94%). Já no gráfico relacionado à disponibilização de espaço físico destinado ao atendimento da coordenação aos alunos, observando-se capacidade de acomodação, ventilação, limpeza, iluminação, acessibilidade, mobiliário, acesso à internet e quantidade e qualidade dos equipamentos, (37,90%) consideraram suficiente. Em relação à disponibilização de infraestrutura destinada aos trabalhos da CPA, considerando-se secretaria, funcionários, móveis e utensílios, aparelho telefônico, computadores, etc, foi considerada suficiente para (48,39%).